

5. ANÁLISE SOBRE O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: CAMINHOS PARA UMA ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

RODRIGO TOLEDO

RODNEI PEREIRA

Desde o final do ano de 2019, vivemos uma pandemia provocada por um vírus de alto poder infeccioso, que se espalhou rapidamente por todos os continentes, provocando adoecimento e mortes em vários países. Apesar de os coronavírus já serem conhecidos, uma de suas mutações – SARS-CoV-2 – vem provocando a Covid-19. Em 22 de julho de 2020, o Brasil somava mais de dois milhões de pessoas infectadas e contabilizava mais de 81.000 mortes, conforme dados do consórcio de veículos de imprensa, publicizado pelo portal G1.

A partir da decretação da pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou o isolamento social como a única medida eficaz contra o contágio do vírus (ALMEIDA, 2020). No Brasil, há quatro meses, temos assistido à criação de medidas sanitárias, em larga escala, para combater o avanço do vírus, tais como: a promulgação da Lei 13.979/2020 que regulamenta a implementação de quarentenas, o isolamento social horizontal, o fechamento das escolas, dos comércios e serviços que não sejam essenciais, a suspensão de voos, o fechamento de fronteiras, o fechamento de pontos turísticos e, em alguns casos, o *lockdown* (BRASIL, 2020).

Mesmo com os dados alarmantes de crescimento dos números de vítimas pela Covid-19, temos acompanhado muitas discussões sobre a retomada das atividades escolares em diversos estados e municípios do país, prevista para o segundo semestre de 2020. Estes debates têm acentuado as preocupações de todos os atores escolares, em especial, pelas incertezas que a retomada produz em toda a população, quando tomamos como referência o que vem acontecendo em outros países e também a situação caótica que

envolvem as diferentes esferas do poder executivo, imerso em conflitos. Como sentencia Moronte (2020) “é um cenário de devastação e tristeza que dificilmente será esquecido por aqueles que vivenciaram a tragédia” (p. 220).

Diante deste cenário de grande transformação, que exige que os profissionais da educação construam estratégias e práticas possíveis, pretende-se discutir neste texto as possíveis contribuições da Psicologia Escolar para um cenário de retomada das aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19.

Para esta análise tomou-se como referência a Nota Técnica “O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19 (2020)”, produzida pelo Movimento Todos Pela Educação. Conforme indica o movimento, a referida nota pretende qualificar o debate público e subsidiar tomadores de decisão acerca de questões relevantes a serem consideradas na futura reabertura das escolas.

O material foi produzido a partir de debate realizado por um conjunto de especialistas que sistematizou os dados produzidos em seminários organizados pela entidade. Justifica-se a escolha da Nota Técnica como objeto de análise, pois apresenta dados relevantes, que indicam importantes estratégias que coadunam possíveis contribuições da Psicologia Escolar.

Sendo assim, a análise da Nota Técnica ampara-se em uma perspectiva crítica em Psicologia para apresentar as possíveis contribuições da Psicologia Escolar no momento de retomada das atividades escolares no contexto da pandemia.

A perspectiva crítica em Psicologia Escolar

A Psicologia, como ciência e profissão, engloba muitas concepções teórica-metodológicas que norteiam as mais diversas práticas, nos mais diversificados campos de atuação. Neste texto, comprometemo-nos com uma concepção de Psicologia que se esforça em proceder uma leitura crítica da realidade (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Desde os anos de 1990, acompanhamos disputas entre diversos projetos de Psicologia, mais ou menos alinhados com interesses de grupos sociais dominantes e hegemônicos. Na busca de nos afastarmos de tais grupos, concordamos com Bock (1997), que defende que uma postura crítica exige dos psicólogos inquietude, conspiração, estranhamento daquilo que na realidade se torna tão familiar que chega a ser pensado como natural.

Assumindo tal perspectiva, compreendemos que a atuação da psicóloga e do psicólogo precisa ser atravessada por uma leitura do mundo que precede a leitura da técnica, em alusão à Freire (1988, p. 9), quando afirmou que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, em especial, para aqueles que atuam na intersecção da psicologia com a educação.

Com base nessas ideias, a análise exposta a seguir busca romper com uma concepção individualizante e levar em conta as relações entre subjetividade e objetividade de forma dialética, tomando os aspectos históricos, sociais e culturais como elementos fundamentais para a compreensão dos fenômenos psicológicos.

Contribuições da Psicologia Escolar no momento de retomada das atividades escolares no contexto da pandemia

A Nota Técnica do Movimento Todos pela Educação está dividida em três partes:

1. As escolas irão se deparar com desafios que só poderão ser enfrentados com o apoio de outras áreas;
2. Não será uma retomada de onde paramos – o retorno exigirá um plano de ações em diversas frentes e demandará intensa articulação e contextualização local e
3. As respostas ao momento atual podem dar impulso a mudanças positivas e duradouras nos sistemas educacionais.

Analizamos cada uma dessas partes, valendo-se das concepções afirmadas por Martinez (2010), Souza (2010) e Dazzani (2016), procurando destacar como as produções no campo da Psicologia Escolar Crítica, historicamente, apresenta possibilidades de atuação na escola, que precisam ser lembradas em um cenário como o que estamos atravessando.

Por isso, vale iniciar rememorando o modo como Martinez (2010) sistematizou a atuação da psicóloga e do psicólogo no contexto escolar, categorizando-a em dois grupos: “tradicionais” e “emergentes”. Destaca que as formas de atuação denominadas tradicionais são aquelas que podem ser consideradas com uma história relativamente consolidada e as definidas como emergentes configuram-se como práticas mais recentes. Lembra que

ambas as formas de atuação guardam entre si interrelações e interdependências.

O Conselho Federal de Psicologia também produziu, em 2013, um documento para orientar a atuação de psicólogas e psicólogos que atuam na educação básica. Denominado “Referências técnicas para a atuação de psicólogos(os) na educação básica”, o texto foi atualizado em 2019, e é um marco na reafirmação dos compromissos ético-políticos que as psicólogas e psicólogos precisam assumir com a garantia de direitos e enfrentamentos às injustiças sociais, provocando-as a desenvolverem práticas que se aliem a esses compromissos, em consonâncias com as demandas da sociedade (CFP, 2019, p. 9).

Tomando esses dois textos como referência, salientamos que a parte 1 da Nota Técnica – As escolas irão se deparar com desafios que só poderão ser enfrentados com o apoio de outras áreas – traz para a psicologia escolar os seguintes desafios: i) necessidade de mitigação dos impactos emocionais que a situação deve trazer aos alunos e educadores e ii) a elevação dos riscos de abandono e evasão escolar.

Entendemos que para atenuar os impactos emocionais que a retomada das atividades escolares pode gerar nos atores escolares (gestores, professores, estudantes e familiares), as psicólogas escolares podem colocar em prática estratégias de acolhimento diversas, como a criação de espaços de escuta e debate – rodas de conversa, grupos de discussão – para que todos possam elaborar os seus receios e dúvidas sobre as atividades educacionais presenciais. Compreendemos que essas atividades devem ocorrer por

segmento – gestores, docentes, familiares e, por fim, estudantes – pois dessa maneira as preocupações e possíveis resoluções podem ser melhor organizadas e cada grupo sempre reconhecendo os limites e dificuldades dos seguimentos anteriores.

Quanto à elevação dos riscos de abandono e evasão escolar, já se observou um aumento no número de crianças e jovens trabalhando, aumento dos índices de violência doméstica e de gravidez na adolescência, fatores intimamente ligados à evasão e ao abandono escolar, como afirmam Sousa *et al* (2018) e Miura *et al* (2020). Além disso, os indicadores de evasão também sofrem influência direta de crises econômicas, como a elevação da taxa de desemprego.

Defende-se como estratégias de ação: realização de avaliações e ações de acompanhamento para detecção precoce do desengajamento, desinteresse ou impossibilidade dos estudantes permanecerem na escola, em especial aqueles submetidos à situação de maior vulnerabilidade e busca ativa dos estudantes que já evadiram ou abandonaram a escola, por meio de articulação com os órgãos de proteção e garantia de direitos ou mesmo por visitas domiciliares.

No que diz respeito ao item 2 - Não será uma retomada de onde paramos – o retorno exigirá um plano de ações em diversas frentes e demandará intensa articulação e contextualização local, destacamos o ponto: i) construção de avaliação diagnóstica inicial, seguida de programas de recuperação da aprendizagem.

Entendemos que a construção de avaliação diagnóstica inicial, seguida de programas de recuperação da aprendizagem, deve ser realizada para favorecer a retomada das práticas educativas, mas garantindo muita atenção para que estas ações não visem a patologização ou responsabilização dos estudantes pela defasagem, já estrutural, em algumas instituições e sistemas educacionais.

A utilização de variados instrumentos de investigação – como a observação dos alunos em situações de atividade escolar cotidiana, sessões de conversação com os estudantes e com aqueles com os quais interagem –, o uso de jogos e de situações diversas para a compreensão das causas que originam as dificuldades na escolarização podem colaborar para superar o caráter rotulador dos diagnósticos. Lembrando que a patologização e/ou medicalização das questões escolares, não contribui para a construção de ação psicoeducativas necessárias para a superação das dificuldades detectadas (MARTINEZ, 2010, p.44).

Como indicam as Referências Técnicas para atuação da psicóloga e psicólogo na Educação Básica é possível, e altamente recomendável, que o trabalho seja realizado em parceria com pais, professores e equipe pedagógicas, por meio de atividades que colaborem para a criação de espaços comuns de reflexões, que conduzam à apropriação coletiva do conhecimento e do enfrentamento das dificuldades presentes nos processos de escolarização (CFP, 2019).

Quanto à parte 3 da Nota Técnica – As respostas ao momento atual podem dar impulso a mudanças positivas e duradouras nos sistemas

educacionais, consideramos que vale a pena destacar os seguintes pontos: i) fortalecimento da relação família-escola e ii) articulação intersetorial como esforço perene, em especial, com a Saúde e da Assistência Social.

Já é antigo o debate sobre a necessidade de aproximação e fortalecimento da relação família-escola. Por isso, às psicólogas escolares cabe refletir sobre o papel social da escola e da família, assim como sobre as problemáticas que atravessam a vida de todos, para que consiga acionar as redes intersetoriais de colaboração, sobretudo aquelas compostas por profissionais da Assistência Social e da Saúde.

Considerações finais

Para finalizar, sugerimos como pontos de consideração para o trabalho da psicóloga e do psicólogo escolar no processo de retomada das atividades escolar no contexto da pandemia: I) realização de análise e diagnóstico da realidade social por meio de levantamentos e pesquisas que favoreçam o planejamento de ações [objetivas e subjetivas] e recursos [financeiros e de capital humano] para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco; II) enfrentamento de qualquer prática de atendimento psicoeducativo que esteja pautada pela patologização e medicalização das desigualdades ou experiências de violências vividas pelos atores escolares, garantindo atendimentos psicológicos e educativos mais humanitário para estudantes, famílias e profissionais da educação; III) construção de protocolos e ações de apoio aos professores para a identificação e manejo das situações relacionadas ao estresse, saúde mental, luto e aos conflitos interpessoais que tenderão a se intensificar; IV)

mobilização da sociedade civil para comprometer-se com a qualidade da educação permitindo que reconheçam a escola pública como a principal, em alguns momentos, a única política pública acessada por uma grande parcela da sociedade.

Ante a esses pontos, enfatizamos que ao assumirem posturas críticas, os profissionais da educação, em especial as psicólogas e psicólogos escolares, precisam empenhar-se em construir atividades para além da sala de aula, para que contribuam com a transformação da sociedade, na medida em que conseguirem colocar em prática mecanismos e estratégias que efetivamente ajudem a mediar problemas ligados à discriminação, aos preconceitos bem como à violação da cidadania.

Referências

ALMEIDA, Manoel Severino Moraes de. COVID-19 e os Direitos Humanos: a experiência da Rede Solidária em Defesa da Vida - PE. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 01 de julho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2ª edição. Brasília: CFP, 2019.

DAZZANI, Maria Virgínia *et al.* (orgs.). **Psicologia Escolar Crítica**: teoria e prática nos contextos educacionais. Campinas: Alínea, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>. Acesso em 01 de julho de 2020.

MARTINEZ, Albertina Mitjáns. O que pode fazer o psicólogo na escola. **Em Aberto**, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2250>. Acesso em 01 de julho de 2020.

MIURA, Paula Orchiucci *et al.* Adolescência, gravidez e violência doméstica: condições sociais e projetos de vida. **Rev. Bras. Enfermagem**, Brasília, v. 73, supl. 1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v73s1/pt_0034-7167-reben-73-s1-e20190111.pdf. Acesso em 01 de julho de 2020.

MORONTE, Elver Andrade. A pandemia do novo coronavírus e o impacto na saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. In AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

SOUZA, Carolina Rodrigues de Oliveira *et al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-169, junho, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-462X2018000200160&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 de julho de 2020.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Atuação do Psicólogo na Rede Pública de Educação frente à demanda escolar: concepções, práticas e inovações. **Tese de Livre Docência**, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-25022013-103516/pt-br.php>. Acesso em 01 de julho de 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica:** o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19. São Paulo: Todos pela Educação, 2020.